Bloco de Esquerda

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Expeça - se	
Publique - se	
2021-07-18	
O Secretário da Mesa	
Lina Lopes (Assinatura Qualificada)	Digitally signed by Lina Lopes (Assinatura Qualificada) Date: 2021.07.18 18:51:13 +01:00 Reason: Location:

☐ **REQUERIMENTO** Número / (.ª)

☒ **PERGUNTA** Número 2562 / XIV (2 .ª)

Assunto: Reconversão da antiga fábrica Milnorte a favor do interesse público

Destinatário: Ministro das Infraestruturas e Habitação

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda visitou recentemente o recinto das instalações da antiga fábrica de silício Milnorte, SA, que faliu na década de oitenta, localizada na margem da albufeira de Bagaúste, no rio Douro, no concelho de Peso da Régua.

Com a bem-sucedida candidatura do Alto Douro Vinhateiro a Património Mundial da UNESCO, determinou-se a necessidade de desmantelamento da Milnorte, cujas instalações abandonadas prejudicavam o património paisagístico e cultural da região. Em 2006, foram assim removidas todas as infraestruturas e equipamentos em ferro, mas ficaram até hoje as infraestruturas de betão, que impermeabilizam os solos, e muitas placas de fibrocimento que nunca foram removidas. Nem os trinta metros mais próximos da água, que são do domínio público hídrico, foram alvo de renaturalização. Além disso, constata-se que este recinto se transformou num aterro ilegal para entulhos provenientes da construção civil e de diversos equipamentos obsoletos que ali acabam depositados.

O cenário acima descrito e confirmado presencialmente por este grupo parlamentar, mancha a imagem do Alto Douro Vinhateiro e da região. O Bloco de Esquerda considera ser necessária uma intervenção urgente em defesa do interesse público. As instalações da Milnorte têm uma área aproximada de 11 hectares, dos quais 4 hectares correspondem a uma pequena planície junto à albufeira atravessada pela linha ferroviária do Douro, contemplando também um apeadeiro no seu interior. Apesar do mau estado geral, esta área reúne condições únicas na região do ponto de vista topográfico e de proximidade à albufeira, sendo por isso um lugar de interesse público, apesar de ser propriedade privada.

As populações do Peso da Régua e concelhos vizinhos vivem privadas do acesso direto ao rio e são sobejamente conhecidas as dificuldades e justificações políticas para a inexistência de uma interface de conexão ao rio como zona de lazer, desportiva, cultural e de fruição pública.

No rio Douro, os terrenos a jusante da barragem do Bagaúste estão em quota de cheia e as oscilações do nível da água são muito grandes, o que impossibilita a instalação dos

equipamentos e acessos necessários. Mas junto à albufeira, o nível das águas é estável e os acessos já estão assegurados, não só por uma linha ferroviária que atravessa o espaço da antiga Milnorte com estação no local, como pelo acesso rodoviário. Este local é altamente privilegiado pelo grande investimento público que representa a barragem e que hoje teria custos de construção de cerca de 150 milhões de euros. O Bloco de Esquerda considera desta forma que o espaço da antiga fábrica Milnorte deve responder ao interesse público, motivo bastante para que ao abrigo da legislação vigente o Governo tome diligências em conjunto com as autarquias locais para que este espaço seja considerado património público e sofra as intervenções necessárias de renaturalização, com instalação de equipamentos de reconhecida utilidade para as populações locais, possibilitando o desenvolvimento de várias atividades socioeconómicas em harmonia com os recursos ecológicos locais.

Contrariamente a esta visão de utilidade pública, o Bloco de Esquerda teve conhecimento de que as instalações da Milnorte foram recentemente vendidas pelo montante de 1,7 milhões de euros ao Grupo Pestana. Em 2017 houve uma alteração ao PDM (Deliberação nº 731/2017, no Diário da Républica, 2ª série – Nº 146 – 31 de julho de 2017) que resultou na viabilização da construção de um equipamento turístico-desportivo para o local onde se pode ler: "*Substituição das antigas instalações da fábrica Milnorte por outras de apoio à atividade turística, com um programa de estabelecimento hoteleiro, ou outro lúdico-recreativo, respeitando a área bruta do pavimento existente.*" – alínea a), do n.º 5, do Artigo 66.º. O atual pavimento obsoleto abrange toda a área desde a linha de água da albufeira até à linha de comboio (área plana de 4 hectares) e acima da linha ferroviária do Douro, área declivosa que perfaz cerca de 11 hectares. Não são conhecidos planos de pormenor para o efeito.

Chegou ao Bloco de Esquerda a denúncia de que um fundo imobiliário tem planeado para o local a construção de um hotel com 80 quartos e 60 villas de luxo, a que chama «Blend In Douro», com o qual está a tentar captar investidores internacionais através do programa Vistos Gold. Há até um vídeo promocional com simulação das futuras instalações, onde se percebe a intensão de apropriação de todo o espaço terreste, inclusive dos 30 metros de margem do domínio público hídrico, das áreas envolventes à linha ferroviária e respetiva estação que são propriedade pública. O vídeo e outras informações sobre o projeto estão disponíveis aqui: www.investaureum.com/pt/project/blend-in-douro-pt/.

Sabe-se também que, para o mesmo local ou em proximidade, a empresa pública Infraestruturas de Portugal está a planear construir a subestação que alimentará a eletrificação da linha do Douro.

O Bloco de Esquerda considera que a área correspondente às instalações da antiga Milnorte, localizada em Património Mundial da UNESCO, oferece condições únicas para garantir resposta a várias necessidades das populações locais e ao interesse público. Dado que o cenário atual e acima descrito, com base no que é do conhecimento público, configura uma situação de conflito de interesses, o Bloco de Esquerda apela à rápida intervenção do Governo e dos órgãos autárquicos do Peso da Régua em defesa do interesse público.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministro das Infraestruturas e Habitação, as seguintes perguntas:

1. Tem o Governo conhecimento da situação exposta?
2. Pronunciou-se o Governo, ou alguma entidade da administração central ou local, acerca de

uma unidade hoteleira na área das antigas instalações da Milnorte, em domínio público hídrico e em pleno Alto Douro Vinhateiro, Património Mundial da UNESCO?
2.1 Se sim, em que consistiu o pronunciamento?
2.2 Quando foi feito o pronunciamento?
3. A linha ferroviária do Douro e todas as suas estações e apeadeiros são propriedade pública e juntamente com a área de domínio público da albufeira devem ter acesso público garantido. A informação disponível até ao momento para o projeto anunciado levanta suspeitas de que este direito público não está assegurado. Está o Governo disponível para instruir a autoridade competente a analisar a situação?
4. Considera o Governo que o espaço referente às instalações da Milnorte deve responder ao interesse público, em especial na zona plana, entre a linha de comboio e a frente de água da albufeira?
4.1 Se sim, que medidas vai o Governo implementar para o garantir?
5. Vai o Governo proceder à reabilitação do apeadeiro que se encontra no área das antigas instalações da fábrica Milnorte e garantir o acesso público a esta infraestrutura?

Palácio de São Bento, 16 de julho de 2021

Deputado(a)s

RICARDO VICENTE(BE)

MARIA MANUEL ROLA(BE)

ISABEL PIRES(BE)

Nos termos do Despacho n.º 1/XIII, de 29 de outubro de 2015, do Presidente da Assembleia da República, publicado no DAR, II S-E, n.º 1, de 30 de outubro de 2015, a competência para dar seguimento aos requerimentos e perguntas dos Deputados, ao abrigo do artigo 4.º do RAR, está delegada nos Vice-Presidentes da Assembleia da República.